

MEC admite falhas ESTADO DE SÃO PAULO no decreto que 2 MAR 1988 liberou mensalidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O secretário-geral do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, admitiu ontem, na abertura do Encontro Nacional de Delegados Estaduais do MEC, que o decreto presidencial que liberou as mensalidades escolares "tem seus pontos falhos". Para Bandeira, a falha do decreto está em não ter fixado as margens de lucro para as escolas, o que vem provocando distorções nos preços das mensalidades.

De acordo com Bandeira, o decreto tem qualidades, é a primeira vez que o governo admite que as escolas podem ter lucro. O decreto, segundo o secretário-geral do MEC, privilegia a qualidade do ensino, condição para que a escola fixe reajustes diferenciados, que cubram os investimentos feitos nesse sentido. Dessa forma, acredita Bandeira, abre-se um leque de opções, onde os pais poderão procurar para seus filhos a escola que convier com a sua disponibilidade de recursos ou com a sua exigência de qualidade, pagando o preço justo por isso.

Remuneração injusta

A liberação das margens de lu-

cro que podem ser praticadas pelas escolas, porém, mudou essa situação. Segundo Bandeira, o governo esperava que as escolas viessem a trabalhar com margens de lucro de no máximo 10%. Dessa forma, acreditava o governo, a mensalidade remuneraria os investimentos feitos no sentido de melhorar a qualidade do ensino, os salários dos funcionários, permitindo ainda à escola uma margem razoável de ganho. O problema é que as escolas abusaram da boa-fé do governo e estão praticando margens de lucro mais altas, o que está tornando as remunerações injustas.

Pelo decreto, entretanto, só resta ao secretário-geral lamentar a falha, uma vez que o governo só tem o poder de intervir se acionado por algum organismo de representação dos consumidores, associações de pais e mestres ou diretórios acadêmicos. Para saber se essas entidades, que ainda não acionaram os conselhos estaduais de Educação, têm de fato poder para falar pelos que pagam as mensalidades escolares, o secretário-geral pretende realizar em Brasília, ainda sem data marcada, um encontro com todas as associações de pais e mestres do Brasil.

PUC debate aumentos

Os alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) fazem hoje uma assembléia para discutir o aumento das mensalidades escolares, após o decreto de liberação dos preços, assinado em fevereiro pelo presidente Sarney. Segundo o Diretório Central dos Estudantes, muitos alunos estão trancando as matrículas porque não têm condições de pagar as parcelas que, em alguns cursos, subiram de Cz\$ 2 mil para

Cz\$ 18 mil. A assembléia será às 19h30, no prédio da rua Monte Alegre. As aulas na PUC começam na próxima segunda-feira, mas os estudantes devem pagar a primeira parcela reajustada até depois de amanhã. No sábado, alunos dos estabelecimentos particulares de ensino superior reúnem-se para organizar formas de protesto contra os aumentos.